

MEC contra indústria do diploma

PELA MEDIDA PROVISÓRIA 938, MINISTÉRIO VAI AVALIAR OS CURSOS SUPERIORES. E PODERÁ CASSAR SEU CADASTRO.

A Medida Provisória 938, que trata dos mecanismos de controle do ensino superior, vai acabar com a "indústria do diploma", se for aprovada pelo Congresso Nacional. É o que diz o ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Ele acredita que a MP vai entrar em votação na Câmara entre hoje e quinta-feira. Caso contrário, o governo vai reeditá-la pela segunda vez.

Entre os novos métodos de avaliação, a MP implanta o exame nacional, cuja nota será publicada anualmente, para conceder ou não o recadastramento aos cursos superiores. Assim o MEC teria condições de montar o ranking dos melhores cursos em todo o País.

"É uma área complicada e difícil de ser controlada", desabafou o ministro, falando para uma comissão de estudantes da Universidade de São Paulo que reclamava do déficit de professores nos cursos da Escola de Comunicações e Artes (ECA). Souza esteve ontem reunido com o Conselho Universitário da USP para discutir a repercussão das novas medidas. "Acredito que muitas faculdades no País irão fechar."

Os cursos e faculdades privadas com ensino fraco, deficiência de equipamentos, laboratórios e professores desqualificados, ou os chamados cursos de final-de-semana, serão fiscalizados com mais rigor pelo Ministério da Educação e do Desporto (ver quadro ao lado).

"A maior repercussão das medidas é no setor privado devido ao grande número de alunos e instituições", afirma Décio Zagottis, secretário de Educação Superior do MEC. Mas o diretor da Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), de São Paulo, Marco Antonio de Barros, não concorda: "O Governo permitiu a abertura de várias faculdades e agora, de uma forma abrupta, corta as facilidades das gestões anteriores".

"Nos últimos anos, houve uma

expansão desordenada do ensino superior", analisa o ex-delegado Regional do MEC, Nelson Boni, professor de Economia na PUC-SP. Pela sua avaliação, o problema central do ensino superior no País está mais associado à autonomia das universidades do que à abertura de novas faculdades particulares. "Tem de haver algum mecanismo de controle rigoroso do ensino privado e público, e o exame nacional proposto pelo governo pode ser um exemplo", diz.

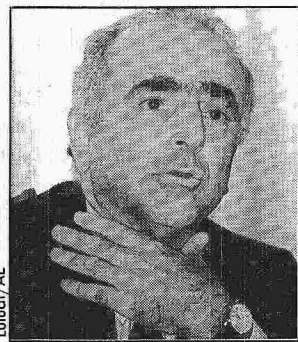
"Em 1986, havia 110 cursos superiores; hoje, existem cerca de 1.500. No mesmo período, havia 230 faculdades, contra as 280 atuais", diz Boni, explicando que o controle deve incidir na abertura de cursos feito pelas universidades. Isso explicaria por que algumas faculdades privadas querem se tornar universidades.

"As universidades públicas e privadas têm liberdade total para abrir novos cursos", admite o ministro Paulo Renato Souza. Isso ocorre devido à autonomia universitária, que é garantida por lei. O exame nacional serviria simultaneamente para avaliar todas as universidades e para controlar a qualidade do ensino particular.

"Hoje o número de vagas em São Paulo é superior ao número de candidatos", constata Boni. Segundo ele, vigora a lógica do "quanto mais aluno, mais receita." Na capital paulista, por exemplo, há no mínimo quatro faculdades oferecendo cursos de final de semana. No interior, elas proliferam: lá existem pelo menos 12 faculdades funcionando como verdadeiras "fábricas de diplomas".

A delegada do MEC de São Paulo, Gilda Portugal Gouveia, caracterizou a atual supervisão realizada nas faculdades privadas paulistas como "frouxa". Zagottis explica que as delegacias regionais se restringem a fazer um acompanhamento burocrático desses estabelecimentos.

Gisele Scalco



Paulo Renato Souza